

Kafka: para uma *glotopolítica* menor

Kafka: towards a minor glottopolitics

RUBEN MATESAN¹

Resumo: O artigo analisa a obra *O Processo*, de Kafka, articulando a teoria da literatura menor de Deleuze e Guattari com a glotopolítica crítica. Aqui, Kafka é compreendido como *auctor* político, uma instância de enunciação que desterritorializa a língua dominante, especialmente o discurso jurídico-burocrático. A partir disso, propõe-se o conceito de glotopolítica menor, entendida como uma intervenção linguística que opera por repetição, gagueira e saturação do sentido. A linguagem kafkiana implode o regime do enunciado majoritário por dentro, instaurando uma política da linguagem baseada no desvio e na intensificação expressiva.

Palavras-chave: Glotopolítica menor; *O Processo*; Deleuze (*et*) Guattari.

Abstract: This article analyzes Kafka's *The Trial*, articulating Deleuze and Guattari's theory of minor literature with critical glottopolitics. Here, Kafka is understood as a political author, an instance of enunciation that deterritorializes the dominant language, especially the legal-bureaucratic discourse. Based on this, the concept of minor glottopolitics is proposed, understood as a linguistic intervention that operates through repetition, stuttering and saturation of meaning. Kafka's language implodes the regime of the majority statement from within, establishing a language policy based on deviation and expressive intensification.

Keywords: Minor glottopolitics; *The Process*; Deleuze (*et*) Guattari.

O *Auctor* político

Nesta escrita vamos falar de Kafka ou um qualquer Kafka, na leitura de Deleuze (*et*) Guattari² ou um qualquer Deleuze (*et*) Guattari.

¹Bolsista Capes. Doutorando em Filosofia pela UNIOESTE. E-mail: quelalluviatealvie@gmail.com

² Escolhemos a tipografia Deleuze (*et*) Guattari para evidenciar, basicamente, dois aspectos. Por um lado, o símbolo "&" (ampersand) é uma ligação da conjunção latina "*et*" que o francês toma sem modificação do latim, mas também equivale a "y" ou "e". Por outro e, talvez, mais importante, "*et*" permite performatizar a ontologia da 'máquina-textual Deleuze (*et*) Guattari' quando aponta sua crítica do ser sempre ligada a uma estrutura arvorecente e, no seu lugar, coloca a expressão *et, et, et* [...] que dá conta do rizoma. Mais ainda, a conjunção "*et*" rompe com a ideia do autor do livro, mas não porque neste a escrita pertence a duas pessoas, mas porque cada um deles já era um grupo, um conjunto, uma organização heterogênea. Este devir-imperceptível do autor ou autores do livro, implica tornar visíveis outros elementos, dinâmicas, matérias que formam a obra ou melhor, a des-

Um judeu de Praga escreve em alemão — a língua dominante — mas torce-a, exila-a, empobrece-a, tornando-a inorgânica. A língua alemã perde sua normatividade e vira matéria instável, cria um deslocamento na ordem significante, uma crise do regime de signo estabelecido, vernáculo, oficial, de maneira estrangeirada: Kafka, judeu, x vazia, senhor K, agenciamento coletivo de enunciação, poderia ser Kafka ou um qualquer Kafka.

Com efeito, Deleuze (*et*) Guattari falaram de Kafka sem falar de Kafka porque o que importa não é a ‘obra’, mas antes a ‘desobra’³ – aquilo que escapa ao acabamento, que desfaz a unidade do autor, que atravessa a linguagem num corte impessoal – e, também o seu agenciamento — a máquina literária que se constrói na borda da língua maior, nos desvios do significante, nas potências intensivas do menor.

Logo, não há autor, sujeito originário do sentido, trata-se antes de uma função discursiva regulada por instituições e estratégias de poder. Enquanto o *auctor* — em latim — designa o que faz crescer, o que instaura, o que garante, o *autor* moderno tornou-se instância de apropriação jurídica, isto é, função de subjetivação e captura que fixa o enunciado à identidade de um *eu*, permitindo sua valoração, sua responsabilização e sua circulação controlada no interior das máquinas jurídico-econômicas da normativa semiótica.

Dito de outra maneira, a distinção entre autor e *auctor* é que o primeiro, opera em termos de um sujeito de propriedade e de fixação da interpretação,

Obra. À pergunta ‘quem escreveu o livro?’ não se responde com um nome próprio e proprietário jurídico, moral, intelectual da escrita, mas com a ‘máquina-textual: Deleuze (*et*) Guattari’ e um agenciamento coletivo de enunciação.

³ O conceito de desobra (*désœuvrement*) aparece de forma central e recorrente na escrita de Maurice Blanchot, na medida em que propõe uma literatura nunca realizada, isto é, uma obra infinita. A verdadeira escrita é aquela que se mantém em processo, sempre em risco, sempre fora de si. A obra que se escreve é, paradoxalmente, uma desobra — aquilo que se desfaz ao tentar se realizar: “Escrever é entrar na exigência da ausência de obra” (Blanchot, 1987, p. 84). Por sua parte, Jean-Luc Nancy (2014) retoma o termo e o radicaliza em sentido ontológico-político, sobretudo em *A Comunidade Inoperante* ou totalidade fechada transforma *désœuvrement* em um conceito central para pensar: a comunidade como aquilo que não se constitui em termos de *œuvre*, a vida coletiva é abertura infinita, jamais totalizável, uma ontologia sem fundamento, sem autor central, sem conclusão.

enquanto o segundo, a partir de uma função de instauração e crescimento, isto é, aponta para a multiplicidade anônima dos discursos e para sua condição impessoal, política.

É um autor político de uma ponta à outra, adivinho do mundo futuro, porque tem dois polos que ele saberá unificar num agenciamento completamente novo: em vez de escritor retirado no quarto, o quarto serve-lhe para um duplo fluxo, o de um burocrata com grande futuro, ligado a agenciamentos reais a acontecer; e o de um nómada a fugir da maneira mais actual (Deleuze; Guattari, 2006, p. 78)

Essa afirmação ressalta o carácter experimental e plurívoco da enunciação em Kafka reforçando a função discursiva do *auctor*, que não fixa um sentido, mas multiplica pontos de criação e interpretação. Kafka não é um *eu* proprietário do sentido, mas sim uma função discursiva que abre múltiplos pontos de enunciação — impedindo a sobrecodificação do significante e reforçando a ideia de agenciamento coletivo: cada enunciação ‘individual’ já está atravessada por forças político-sociais. Um retorno à multiplicidade das enunciações, descoladas da figura autoral, mais próximas de uma função intensiva do *auctor* que faz crescer o discurso, que autoriza a sua emergência, sem possuí-lo. Se trata, pois, de uma forma de entender como o político se realiza através da linguagem.

Nesta escrita, portanto, vamos falar de Kafka ou um qualquer Kafka, mas na leitura de Deleuze (*et*) Guattari ou um qualquer Deleuze (*et*) Guattari.

A obra – ou des-Obra – *Kafka: para uma literatura menor* de Deleuze (*et*) Guattari, constitui um dos aportes críticos à teoria da literatura no século XX. Mais do que uma interpretação da escrita de Kafka, o livro propõe um novo dispositivo analítico — a noção de literatura menor — que não se limita a uma classificação quantitativa ou marginal, mas descreve uma operação estética, política e ontológica na medida que tensiona as estruturas da linguagem, da subjetividade e da política. No cerne desse conceito articula-se um deslocamento triplo:

No primeiro deslocamento, o linguístico, Deleuze (*et*) Guattari destacam que Kafka escreve em alemão, mas é um alemão que não é o de sua pátria, nem o de sua comunidade, nem o de laços de filiação. Essa condição produz um coeficiente

de desterritorialização da língua vernácula, que possibilita operar novas expressões no interior da linguagem e suas normatividades semióticas.

Uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior. E a primeira característica é que a língua, de qualquer modo, é afetada por um forte *coeficiente de desterritorialização* (Deleuze; Guattari, 2006, p. 38).

No segundo deslocamento, o subjetivo, a literatura menor focaliza-se na constatação de que o espaço de enunciação nunca é individual. Segundo Deleuze (et) Guattari (2006), o indivíduo ou o sujeito que enuncia está imediatamente atravessado pelas condições políticas, sociais e históricas de sua coletividade. Essa subjetividade não é psicológica nem interiorizada, ela se dá como um campo de forças, isto é, os processos de subjetivação estão diretamente conectados às enunciações coletivas.

A literatura menor é completamente diferente: o seu espaço, exíguo, faz com que todas as questões individuais estejam imediatamente ligadas à política [...] numa literatura menor; as condições não são dadas numa enunciação individuada pertencente a este ou aquele «mestre», separável da enunciação coletiva (Deleuze; Guattari, 2006, p. 38-39).

331

O terceiro deslocamento, o político, não é num sentido externo à estética, mas como imanência da política na própria estrutura da linguagem e da enunciação. Na literatura menor, a política não aparece como tema, mas como condição estrutural. Cada escolha linguística, cada gesto sintático, cada inflexão na voz narrativa ou gagueira, carrega consigo uma tensão política na semiótica oficial: “A segunda característica das literaturas menores é que nelas tudo é político” (Deleuze; Guattari, 2006, p. 39).

Em termos de índice enunciativo, especialmente enquanto *auctor* — no duplo sentido latino de autor e autoridade discursiva — Kafka ocupa uma posição singular: escreve em uma língua maior a partir de uma condição minoritária, fazendo da sua prática literária um gesto profundamente político.

Sua escrita tensiona os limites da linguagem normativa e da autoridade institucional, encenando a exclusão, a captura e a destituição do sujeito por meio de dispositivos linguístico-jurídicos. Nesse ponto precisamos de um conceito que

condense a especificidade política da língua ou uma *boîte à outils* teórico-crítica fundamental não apenas para ler *Kafka* sob a perspectiva sintomática de um regime de linguagem autoritário, mas para compreender de que maneira sua literatura opera desmontando os alicerces da enunciação legítima, deslocando os centros de poder simbólico, por meio da ficção, novas formas de subjetivação e de comunidade.

Portanto, a análise de *Kafka* — ou o índice de enunciação coletivo *Kafka* — exige uma abordagem que vá além da estética ou da psicanálise. Trata-se, melhor, de relevar as disputas pelo direito de falar, pela constituição do sujeito falante, e pela própria arquitetura política da linguagem de *Kafka*. É nesse campo que a glotopolítica se mostra não apenas útil, também necessária para tal fim.

Nesta escrita vamos falar de *Kafka* ou um qualquer *Kafka*, mas na leitura de Deleuze (*et*) Guattari ou um qualquer Deleuze (*et*) Guattari.

Então, de *glotopolítica*?

O que é a glotopolítica?

332

A palavra glotopolítica é formado por duas raízes de origem grega: *Gloto-glôtta* (γλωττα) *glôssa* (γλώσσα), isto é, ‘língua’ ‘idioma’ ou ‘órgão’ e, por outro lado, - ou política *politiké* (πολιτική) “arte dos assuntos públicos”, “gestão da *pólis*”. Assim, em linhas gerais, a glotopolítica opera em termos de gestão política da(s) língua(s). Mais ainda, estuda o conjunto de práticas discursivas e institucionais que regulam, normalizam, disciplinam ou resistem aos usos da linguagem, desde políticas oficiais de língua até discursos midiáticos, educacionais ou afetivos.

De modo incoativo e, sem animo de esgotar a questão, a glotopolítica pode-se definir em termos de políticas linguísticas, isto é, decisões dos Estados sobre os critérios relativos à seleção da língua incluída no currículo oficial sob a instrumentação da ditadura do dicionário. Neste contexto, um alvo indispensável para seu desenvolvimento centra-se na normatividade da linguagem, ou, de forma mais precisa, na estrutura das gramáticas, nos regimes ortográficos, na categoria lexical e morfológica, na transcrição fonética, nas acepções ou múltiplos significados de uma mesma entrada, nas etimologias, nos manuais de estilo. A lista

pode não ter fim, mas o que de fato tem um fim [clandestino] é a função disciplinar dessa lista, inócua na aparência, ainda que, anátomo-alfabética nos seus efeitos disciplinadores.

A linguagem não é apenas um objeto neutro de descrição ou classificação, mas está sempre envolvida em relações de poder, disputa simbólica, estratégias de dominação e resistência.

Afirmam Guespin (*et*) Marcellesi (1986, p. 12):

A glotopolítica consiste no conjunto das ações conscientes ou inconscientes pelas quais os grupos sociais agem sobre a linguagem em função de interesses sociais, culturais, ideológicos ou políticos.

Com efeito, a alfabetização, historicamente concebida a partir de um processo de acesso ao saber, à cidadania e à linguagem formal, muitas vezes oculta seu caráter disciplinador e normativo. Por sua parte, o anátomo-alfabetismo descreve a articulação entre os dispositivos que normatizam o corpo e aqueles que regulam a linguagem. Inspirado nas análises de Foucault (2019) sobre a anátomo-política do corpo e nas críticas às políticas linguísticas normativas, o termo aponta para um regime pedagógico em que a incorporação da norma escrita e falada se dá simultaneamente à disciplina dos gestos, da postura, da respiração e da expressão corporal, isto é, compreender de que maneira esses processos de normalização atravessam a constituição da subjetividade e operam como formas sutis e eficazes de captura política estática e Estatal. O anátomo-alfabetismo é um neologismo - de inspiração foucaultiana - que pode ser interpretado sob a rubrica da interseção entre os dispositivos de controle do corpo (anátomo-política) e os dispositivos de controle da linguagem e do saber (alfabetização normativa). Os modos de falar, corrigir sotaques, gírias, variações, a exclusão de grafias 'erradas' ou não, padronizadas, já seja de maneira manuscrita ou no âmbito digital, os gestos orais-corporais e expressivos, isto é, postura, tom de voz, gestualidade, silêncio, forma parte do que aqui nomeamos: anátomo-alfabetismo. Assim, tal expressão, designaria um regime de poder que normatiza o corpo e a linguagem simultaneamente, em que o aprender a ler e escrever não é neutro, mas parte de um processo disciplinar que regula: os modos de existir no espaço, institucional ou

público. O anátomo-alfabetismo impõe ao sujeito um modelo de corpo falante normalizado, em que a escrita correta, a dicção padronizada e a disciplina corporal tornam-se critérios de inclusão simbólica nos espaços sociais.

Nenhum discurso sobre a língua (gramática, dicionário, normatização, ensino, análise sociolinguística etc.) é inocente ou neutro. Toda forma de pensar e agir sobre a linguagem envolve escolhas ideológicas e políticas, mesmo quando essas escolhas não são percebidas como tal. A língua não é uma ‘entidade natural’, mas um construto sócio-histórico, moldado por processos políticos, institucionais, ideológicos, legislações linguísticas, políticas de ensino de línguas, reformas ortográficas, planejamento linguístico estatal etc. cuja finalidade é a homogeneização, exclusão ou normalização.

Pode-se afirmar, em função do dito, que a língua é, sem dúvida, um lugar de conflito e disputa?

Em primeiro lugar, a língua é um produto histórico e social não é natural nem neutra: ela se forma historicamente em contextos sociais concretos e é moldada pelas forças em jogo em cada época é um sistema social e convencional e está sujeita a conflitos e tensões.

Também é um instrumento de domínio, pois o uso das normas gramaticais, ‘legítimas’ por exemplo, impõem uma língua estandar, invisibilizando outras formas de falar - leia-se, dialetos radicalizados, linguagem urbana, marginal ou poética, léxicos indígenas ou dos povos originários, sotaques de diversa natureza etc. – que, eventualmente podem reforçar ou desafiar relações de poder. Neste contexto, a linguagem é um território de resistência para grupos marginalizados que frequentemente ressignificam palavras, criam gírias e expressões próprias como forma de afirmação identitária.

Em segundo lugar, a língua enquanto organiza e estrutura a realidade, através de nomeação e categorização do mundo, está diretamente ligada às estruturas linguísticas, assim, disputar a língua é disputar o modo como o mundo é representado e compreendido. Mais ainda, a língua é regulada por instituições e, especialmente sob a rubrica dos Estados, escolas, mídias e academias, normatizam o uso da língua, escolhendo quais formas são válidas ou inválidas de conceber tal mundo.

Por último, se a língua é polissêmica e ambígua, isto é, toda enunciação é aberta a interpretações múltiplas, e isso dá margem para conflitos de sentido ou disputa do sentido das palavras — por exemplo: ‘democracia’, ‘família’, ‘liberdade’.

Dadas essas questões, pode-se concluir que a língua é um lugar de disputa porque é uma arena onde se travam batalhas simbólicas por poder, sentido, identidade e legitimidade.

No interior do campo da língua, podemos distinguir entre uma glotopolítica maior — centrada na regulação estatal, normatização gramatical e produção de sujeitos dóceis — e uma glotopolítica menor, voltada para a resistência expressiva, a desobediência semiótica e a invenção coletiva de formas de linguagem que escapam à codificação. Inspirada nas noções de ‘menor’ da máquina Kafka (*et*) Deleuze (*et*) Guattari, a glotopolítica menor não visa substituir um padrão por outro, mas afirmar uma política do dizer como criação e transgressão.

Glotopolítica menor

335

Constatamos que a glotopolítica maior atua por meio de dispositivos institucionais como academias de letras, políticas públicas de ensino, sistemas escolares, meios de comunicação e padrões editoriais. Seu objetivo é preservar uma língua ‘correta’, unificada, eficiente, que sirva de base para a coesão nacional e para a formação do ‘cidadão ideal’. Essa concepção normativa da linguagem se ancora em valores como clareza, lógica, ortografia, sintaxe e ‘boas maneiras linguísticas’, o que implica excluir ou inferiorizar outras formas de fala e escrita — como os falares regionais, as línguas indígenas, as variações afro-diaspóricas, as gírias urbanas ou os discursos de corpos dissidentes. A glotopolítica maior, opera, assim, como uma máquina de captura que transforma a linguagem em instrumento de conformidade social, apagando sua dimensão política, poética e corporal.

Por sua parte, a glotopolítica menor emerge como uma prática micropolítica e heterogênea que desestabiliza os regimes dominantes de normatização linguística. Ela se manifesta em gestos linguísticos não autorizados, em falares desviantes, em usos do erro, isto é, na invenção, no surgimento de léxicos periféricos, nas línguas híbridas e fronteiriças, nas formas expressivas que recusam

a gramática dominante. Sua força não está em codificar novas normas, mas em multiplicar as possibilidades do dizer.

Inspirada no conceito de literatura menor de Deleuze (*et*) Guattari, a glotopolítica menor possui três traços fundamentais

O primeiro, a desterritorialização da língua: rompe com os usos majoritários, produzindo deslocamentos sintáticos, lexicais, sonoros e afetivos.

O segundo, a enunciação coletiva: mesmo quando singular, o gesto linguístico menor fala por uma multiplicidade — um povo ainda por vir.

A máquina literária reveza uma máquina revolucionária por vir, não por razões ideológicas, mas porque esta está determinada a preencher as condições de uma enunciação coletiva que falta algures nesse meio: a literatura é assunto do povo (Deleuze; Guattari, 2006, p. 38).

Por último, a ligação imediata com o político: a linguagem menor não é estética neutra, mas uma ação contra os dispositivos de controle semiótico.

A glotopolítica menor opera não apenas na fala, mas em ações linguísticas concretas, ou seja, na invenção de um pronome neutro, na tradução livre como intervenção poética, no uso da gíria em contextos formais, na escrita travesti, na oralidade em performances marginais ou no uso de memes na reconfiguração política do discurso público.

A glotopolítica menor não propõe uma nova norma, mas uma multiplicidade de linhas de fuga no interior da própria linguagem. Sua força está na afirmação da diferença, na recusa da homogeneização e na invenção de modos de expressão que escapam à captura das semióticas maiores. Em vez de prescrever a fala, ela inventa como viver falando. É, portanto, uma política do sensível, do intensivo e do coletivo — que entende a linguagem como campo de luta e de criação. Em tempos de algoritmos, vigilância e controle discursivo, a glotopolítica menor oferece caminhos para desautomatizar o dizer e fazer da linguagem uma prática de resistência e liberdade.

Uma glotopolítica menor a partir de Kafka não consiste em usar sua obra na função ilustrativa, isto é, sob a rubrica de apêndice exemplar, menos ainda tornar sua escrita modelo de intervenção pois, a escrita mesma é subtração do modelo - maior -, ou seja, intervenção política contra-modélica. Uma glotopolítica menor

recusa a reprodução de formas consagradas e afirma a criação de possíveis, quer dizer, novas intervenções de expressão no campo literário e político. A resultante disto é um modo de habitar a linguagem em termos de campo de força e território em disputa pois, Kafka não denuncia o poder à distância, sua escrita opera no seio do próprio regime discursivo, desloca a linguagem num instrumento de desestabilização e resistência. Então, se a glotopolítica estuda as formas de controle e regulamentação do dizer, Kafka mostra a possibilidade no interior do sistema de gaguejar a língua, fazer dela um corpo estranho, minar sua autoridade normativa.

Em termos gerais, a glotopolítica menor investiga o processo pelo qual a linguagem está sujeita a disputas e intervenções de captura normativas, dispositivos de semiotização prescritiva, mas também integra mecanismos de dominação e imposição em diferentes níveis - institucionais, sociais, ideológicos. É, em termos de Deleuze (*et*) Guattari, um território de luta pela codificação política e simbólica

A glotopolítica menor e a literatura menor, nos termos inspirados por Deleuze (*et*) Guattari, opera não pela regulação normativa da linguagem, como nas políticas linguísticas maiores, mas por meio de interferências marginais, desvios, gagueiras e invenções que desestabilizam os regimes de sentido instituídos. Em *O Processo*, de Kafka (2007), essa política menor da língua se encarna na própria textura do discurso jurídico que, longe de garantir clareza e verdade, transforma-se em um espaço de indeterminação, onde a linguagem já não nomeia, mas metamorfoseia — desloca, enreda, arrasta. Cada fala no romance deixa de fixar o sentido e passa a produzir mutações: o acusado vira função, o juiz desaparece na arquitetura, a sentença nunca se enuncia — tudo muda de lugar, de valor, de direção. A linguagem, tomada como campo de disputa glotopolítica menor, revela-se assim como um operador de subjetivação instável, onde nada se fixa e tudo está em processo. Assim, um exemplo claro desta glotopolítica menor e literatura menor é, pois, *O Processo*.

O Processo em processo

A obra ou des-Obra de Kafka, *O Processo*, é um processo, quer dizer, não é uma narrativa com começo, meio e fim, nem um sistema alegórico, mas uma máquina de linguagem que se move, que desfaz o sujeito e interpela o leitor num jogo sem solução. É um campo de forças onde a linguagem é trabalhada em termos de matéria viva. O Processo é o próprio processo de desterritorialização do sentido, e não uma narrativa fechada. É por isso que o romance permanece em processo: ele continua a se escrever mesmo depois de lido, não pela continuidade da história, mas pela força dos afetos, fluxos e cortes que opera no leitor.

Assim, desloca os fundamentos da literatura tradicional ao instaurar uma linguagem disjuntiva, destituir o sujeito autoral e fazer da escrita um campo de forças políticas e coletivas. Para Deleuze (et) Guattari (2006), Kafka opera uma ruptura com as noções de estilo individual, de enunciação subjetiva e de estrutura literária, abrindo o campo da literatura menor. Nesta análise, propomos explorar *O Processo* a partir de quatro eixos conceituais centrais: (1) a desarticulação do conceito de autor; (2) a gagueira da linguagem; (3) o agenciamento coletivo de enunciação; (4) a oposição entre estrutura e expressão.

Kafka subverte a figura do autor como sujeito organizador e consciente da obra: a escrita torna-se maquínica, destituída de soberania e atrelada a uma função impessoal de enunciação, uma desarticulação do conceito de autor. Deleuze (et) Guattari (2006, p.18) afirmam: “A literatura menor não se define por um sujeito social reduzido, mas por uma desterritorialização da língua e por um agenciamento coletivo que retira do autor sua centralidade”.

A figura de Josef K., protagonista de *O Processo*, exemplifica esse esvaziamento da subjetividade. Em vez de expressar uma interioridade, K é arrastado por uma máquina jurídica cujo funcionamento é alheio à vontade individual. Veja-se, por exemplo, o seguinte trecho em que K. tenta compreender a lógica do processo:

A senhora está enganada — disse K. sorrindo, mas sem que isso lhe fosse agradável —, a senhora está enganada, está muito enganada, se pensa que tenho alguma coisa a ver com o tribunal. Como poderia eu, simples procurador de banco, ter qualquer

vínculo com o tribunal? (...). Certamente é um mal-entendido. Como poderia uma pessoa ser culpada? Todos nós somos seres humanos aqui, um como o outro (Kafka, 2007, p. 23-24).

Nesta citação três vezes se repete: ‘A senhora está enganada’ e, este recurso é característico da literatura menor na medida que, a repetição rompe com o uso informativo e representativo da linguagem. Em vez de avançar linearmente ou esclarecer o sentido, ela intensifica os fluxos de enunciação, produzindo uma tensão interna na própria estrutura da frase. Tais repetições de fórmulas jurídicas, justificativas circulares e frases obsessivas instauram um efeito de saturação e indeterminação que impede qualquer resolução narrativa ou lógica. Esse uso repetitivo da linguagem não visa à redundância, mas à criação de um campo de forças, onde a língua maior — o alemão jurídico-burocrático — é tensionada até o ponto de gaguejar. Trata-se de uma repetição que não reforça o mesmo, mas que desloca, fragiliza e faz emergir um novo regime de expressão.

Além disso, essa fala revela o deslocamento do sujeito da posição de autor de sua própria história. Josef K. é falado pelo processo, pelas instituições, pelas vozes que o rodeiam. Ele não possui controle narrativo, sendo ele mesmo um efeito do discurso jurídico que o captura. Kafka escreve e produz uma tensão na língua oficial, a descentra e torna-se estrangeiro em sua própria língua, não no sentido de erro, mas como uma operação de desterritorialização: fazer com que uma língua maior funcione de maneira menor.

Essa operação está evidente nos diálogos labirínticos e contraditórios, nos quais a linguagem não serve para esclarecer, mas para intensificar a opacidade do mundo. Um exemplo disso encontra-se na cena da conversa com o advogado Huld: “De resto, senhor K., devo dizer-lhe que em nenhum momento o senhor esteve sob prisão propriamente dita, ou seja, sob detenção. Se, no entanto, preferir usar essa expressão, é livre para fazê-lo” (Kafka, 2007, p. 108).

A retórica tautológica e a ausência de um critério firme de verdade fazem da linguagem uma força que se dobra sobre si mesma. A personagem perde o chão semântico e entra em um espaço intensivo onde o sentido é sempre evanescente. Assim, Kafka não escreve a partir de uma voz individual. Sua obra dá lugar a um

campo coletivo de enunciação, no qual as vozes são múltiplas, cruzadas, dissonantes.

O indivíduo não se dirige ao povo: entra numa máquina que transforma sua própria enunciação numa enunciação coletiva: *O Processo* é atravessado por vozes anônimas que falam a partir de posições funcionais, jurídicas ou institucionais. A cena do tribunal, por exemplo, explicita essa multiplicidade de vozes:

— Você está acusado — disse o homem. — Sim — disse K. —, estou informado. — Quer dizer então que admite ser acusado? — perguntou o homem. — Mas — disse K. — isso é só uma palavra, isso quer dizer, vocês acham que sou acusado, pelo menos no momento, isso é tudo. — Bem, então podemos prosseguir com o interrogatório — disse o homem. K. estava ali apenas para ser interrogado, ele não sabia por que nem por quem, e o interrogador era apenas mais uma peça nesse jogo sem regras claras. — Está certo — disse K. —, prossigamos (Kafka, 2007, p. 50).

Não há centro de enunciação, isto é, cada voz é uma função, uma engrenagem da máquina jurídica: o que se enuncia não depende de sujeitos conscientes, mas de papéis, lugares, posições institucionais, da produção de sentido fora da subjetividade individual.

Enquanto as abordagens estruturalistas de Kafka buscavam decifrar os significados simbólicos dos elementos narrativos (culpa, lei, tribunal), Deleuze (*et*) Guattari propõem uma leitura expressiva: trata-se menos de interpretar do que de seguir os fluxos que atravessam o texto. “Kafka escreve por devires, não por estruturas” (Deleuze; Guattari, 2006, p. 51).

Em *O Processo*, o tribunal não é uma alegoria da justiça divina, mas uma máquina imanente, um campo de intensidades que atravessa o corpo e a linguagem. Isso se manifesta na cena final, onde a sentença é executada sem apelação:

A ponta da faca penetrou no seu coração, e enquanto a vista enfraquecia, K. ainda viu, bem junto ao seu rosto, os dois, bochecha com bochecha, observando o desfecho. — Como um cão! — disse, era como se a vergonha devesse sobreviver a ele (Kafka, 2007, p. 225).

A morte de K. não é um fim simbólico, mas uma inscrição física de um processo impessoal, a vergonha não pertence a um sujeito psicológico: ela é um afeto coletivo, um efeito do campo social sobre o corpo.

A leitura de Kafka proposta por Deleuze (et) Guattari desfaz os pressupostos da representação, quer dizer, da crítica literária tradicional. *O Processo* não é uma narrativa sobre um indivíduo oprimido por um sistema, mas a emergência de um novo tipo de literatura — menor, maquínica, coletiva, intensiva. O autor desaparece como centro de enunciação; a linguagem treme; a subjetividade dissolve-se num agenciamento; a estrutura dá lugar à expressão: Kafka não representa, ele experimenta.

O tempo da narrativa é suspenso, uma espécie de presente contínuo, isto é, o próprio processo jurídico kafkiano: um processo sem julgamento, sem fim. Essa suspensão é expressão de um tempo não cronológico, típico da expressão intensiva, e não de uma narrativa linear. Isso faz com que *O Processo*, mesmo no fim, não se conclua como obra, mas continue operando — como máquina de sentido em processo.

341

Conclusão

Em primeiro lugar, é necessário apontar que a língua é um produto histórico e social não é natural nem neutra: ela se forma historicamente em contextos sociais concretos e é moldada pelas forças em jogo em cada época é um sistema social e convencional e está sujeita a conflitos e tensões. Também é um instrumento de domínio, pois o uso das normas gramaticais ‘legítimas’, por exemplo, impõe uma língua estandar, invisibilizando outras formas de falar que, eventualmente podem reforçar ou desafiar relações de poder. Neste contexto, a linguagem é um território de resistência grupos marginalizados frequentemente ressignificam palavras, criam gírias e expressões próprias como forma de afirmação identitária.

Em segundo lugar, a língua enquanto organiza e estrutura a realidade, através de nomeação e categorização do mundo, está diretamente ligada às estruturas linguísticas, assim, disputar a língua é disputar o modo como o mundo é representado e compreendido. Mais ainda, a língua é regulada por instituições e,

especialmente sob a rubrica dos Estados, escolas, mídias e academias normatizam o uso da língua, escolhendo quais formas são válidas ou inválidas.

Dadas essas premissas, pode-se concluir que a língua é um lugar de disputa porque é uma arena onde se travam batalhas simbólicas por poder, sentido, identidade e legitimidade.

A presente investigação procurou articular a obra ou des-Obra de Kafka, particularmente o romance *O Processo*, com os pressupostos teóricos da glotopolítica crítica e da literatura menor, a fim de propor o conceito de glotopolítica menor como uma chave interpretativa possível. Ao longo do artigo, buscou-se demonstrar que a linguagem kafkiana, mais do que veículo de representação ou expressão subjetiva, constitui um verdadeiro campo de batalha político, no qual se travam disputas pelo sentido, pela enunciação e pelo próprio corpo do dizer.

Na primeira seção, estabelecemos a distinção entre o *autor* como sujeito expressivo — concepção dominante na tradição literária ocidental — e a noção de *auctor* político, aqui entendida como uma instância de enunciação que ultrapassa a individualidade. À luz de Deleuze (*et*) Guattari, Kafka não deve ser compreendido como uma consciência que exprime um mundo interior, mas como um operador de agenciamentos coletivos, um ponto de passagem por onde transitam vozes sociais, funcionais, institucionais e não subjetivas. Sua escrita desloca o centro autoral e dissolve a soberania do *eu*, instaurando um regime de enunciação que já não pertence a ninguém em particular.

A segunda seção foi dedicada à explanação do conceito de glotopolítica, entendido como o campo que analisa as formas de regulação, controle e disputa sobre a linguagem em diferentes níveis. A partir dos trabalhos de Guespin, Marcellesi, compreendemos a glotopolítica desde uma perspectiva fundamental para pensar a linguagem em termos de instância de poder e de produção de subjetividades. Entretanto, enfatizamos que a maior parte dessas abordagens opera segundo um modelo glotopolítico maior, voltado à prescrição normativa, ao disciplinamento institucional e à gestão estatal da língua.

Foi a partir dessa constatação que, na terceira seção, formulamos a hipótese de uma glotopolítica menor, inspirada diretamente nos três traços da literatura

menor estabelecidos por Deleuze (*et*) Guattari: 1) desterritorialização da língua, 2) agenciamento coletivo de enunciação e 3) função político-afetiva da linguagem. A glotopolítica menor se manifesta não pela normatização do dizer, mas por meio de desvios expressivos, de repetições que esgarçam o sentido, de vacilações e hesitações que interrompem a fluidez comunicativa. Ela age desde dentro da língua dominante, instaurando nela uma zona de desconforto e incerteza — uma espécie de gagueira produtiva, que faz emergir o que a linguagem tenta silenciar.

Por fim, na quarta seção, aplicamos essas categorias à análise da obra ou des-Obra *O Processo*, em que se evidenciam as operações de uma glotopolítica menor em sua forma mais aguda. A linguagem jurídica e burocrática que atravessa o romance — repleta de repetições, tautologias, ambiguidades e discursos circulares — funciona como instrumento de captura e de subjetivação, mas também como campo de resistência. Josef K., personagem central, é menos um protagonista do que um vetor afetado por múltiplos discursos que o cercam e atravessam. A cena em que o pintor Titorelli explica a impossibilidade da absolvição, substituindo-a pelo “arrastamento indefinido do processo” (Kafka, 2007, p. 159), revela com nitidez essa glotopolítica menor: a linguagem jurídica já não representa uma lei, mas se transforma em um dispositivo autônomo de repetição e adiamento, esvaziando a semântica, saturando os sentidos e produzindo um efeito de colapso discursivo.

A repetição, nesse contexto, não é uma falha comunicativa, mas uma estratégia expressiva que implanta a crise dentro da própria língua maior. Como afirmam Deleuze (*et*) Guattari (2006), Kafka não varia a língua: ele a repete até fazê-la gaguejar e entrar em colapso. Essa gagueira não é patológica, mas revolucionária — ela desestrutura os protocolos do enunciável e produz novas formas de sentir, pensar e dizer. A glotopolítica menor que Kafka opera, portanto, não se opõe frontalmente à linguagem dominante; ela a implode por dentro, desestabilizando-a com seus próprios recursos.

Concluimos, assim, que a contribuição de Kafka ao pensamento político da linguagem não reside apenas na tematização de instituições opressivas, mas na própria forma como sua escrita lida com o idioma. Kafka não escreve sobre o poder, ele escreve a partir do poder que se exerce pela linguagem, e contra ele — não por

negação exterior, mas por infiltração, repetição e exaustão. Sua obra oferece uma via fundamental para pensar uma política menor da linguagem, uma glotopolítica que se dá na dobra da norma, na hesitação do sentido, no intervalo onde a linguagem ainda se faz e desfaz. Ao retomar Kafka como *auctor* político, deslocamos a leitura literária tradicional para abrir um campo de experimentação crítica e filosófica sobre o que significa falar, escrever e resistir em uma língua que nos foi dada para obedecer.

Finalmente, queremos falar:

Nesta escrita falamos de Kafka ou um qualquer Kafka, mas na leitura de Deleuze (*et*) Guattari ou um qualquer Deleuze (*et*) Guattari.

Referências

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. — Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2006.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KAFKA, Franz. *O processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUESPIN Louis ; MARCELLESI Jean Baptiste. “*Pour la Glottopolitique*”. In : *Langages*, Nº 83, 1986. (Traducción y selección para la cátedra de Sociología del Lenguaje de la Fac. de Filosofía y Letras de la UBA) 1986.

NANCY, Jean-Luc. *A comunidade inoperante*. Tradução de Márcio Seligmann-Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Submissão: 02.07.2025

/

Aceite: 22.07.2025